

## SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES .....	5
PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO.....	11
1. A IMPORTÂNCIA DA INTERNET E O PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL NAS ELEIÇÕES.....	17
2. PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL.....	23
2.1. Princípio democrático.....	23
2.2. Princípio republicano .....	25
2.3. Princípio da soberania popular.....	27
2.4. Princípio da isonomia .....	29
2.5. Princípio da liberdade de expressão .....	29
2.6. Princípio da legitimidade e da normalidade.....	30
2.7. Princípio da moralidade eleitoral.....	30
2.8. Princípio da anualidade ou da anterioridade eleitoral .....	31
2.9. Princípio da vedação do anonimato .....	33
2.10. Princípio da disponibilidade da propaganda eleitoral .....	34
2.11. Princípio da responsabilidade na propaganda eleitoral .....	35
2.12. Princípio do controle judicial da propaganda .....	37
2.13. Princípio da intervenção estatal mínima .....	39
2.14. Princípio da verdade eleitoral.....	40
2.15. Princípio da celeridade .....	41

**PARTE I**  
**A TECNOLOGIA E A PROPAGANDA ELEITORAL**

<b>3. PROPAGANDA ELEITORAL NA INTERNET .....</b>	<b>45</b>
3.1. Propaganda antecipada.....	48
3.2. Conteúdo orgânico, conteúdo editorial e propaganda eleitoral: uma distinção necessária.....	49
3.3. Propaganda eleitoral paga na Internet.....	51
3.3.1. O escopo da legalização da propaganda eleitoral paga na Internet: o impulsionamento de conteúdo .....	54
3.3.2. As regras aplicáveis ao impulsionamento.....	55
3.3.3. As responsabilidades decorrentes do impulsionamento.....	58
3.3.4. Desinformação na propaganda eleitoral .....	63
3.4. Propaganda eleitoral e as mensagens privadas .....	66
<b>4. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NA INTERNET .....</b>	<b>77</b>
<b>5. O PAPEL DOS PROVEDORES DE SERVIÇO DE INTERNET E SUA RESPONSABILIZAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL .....</b>	<b>85</b>
5.1. A necessária influência do Marco Civil da Internet na esfera eleitoral .....	85
5.2. As diferentes categorias de provedores de serviços de Internet.....	87
5.2.1. Os provedores de acesso ou de conexão à Internet.....	88
5.2.2. Os provedores de aplicação de Internet .....	92
<b>6. OS PROVEDORES DE CONTEÚDO .....</b>	<b>101</b>
6.1. Pesquisas e enquetes eleitorais na Internet .....	102
6.2. Debates e entrevistas com candidatos na Internet .....	110
<b>7. DIREITO À INFORMAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REMOÇÃO DE CONTEÚDO .....</b>	<b>113</b>
7.1. A importância da Internet para o fortalecimento do regime democrático .....	113
7.2. A tutela do direito à informação e da liberdade de expressão.....	116
7.3. Remoção de conteúdo na Internet .....	120
<b>8. DIREITO DE RESPOSTA NA INTERNET.....</b>	<b>127</b>
<b>9. REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL ILÍCITA.....</b>	<b>135</b>

10. BLOQUEIO DE APLICAÇÕES DE INTERNET .....	141
--	-----

## PARTE II A TECNOLOGIA ALÉM DA PROPAGANDA ELEITORAL

11. NO FINANCIAMENTO COLETIVO DE CAMPANHA ELEITORAL .....	153
12. NA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	157
12.1. Prestação de contas partidárias.....	157
12.2. Prestação de contas eleitorais .....	158
13. NO ALISTAMENTO ELEITORAL.....	159
13.1. Título.Net e e-Título.....	159
14. NAS ELEIÇÕES .....	161
14.1. Urna eletrônica.....	161
14.2. Apuração da votação .....	168
14.3. Voto digital e sua impressão .....	169
15. NA FISCALIZAÇÃO CIDADÃ .....	171
16. CRIMES ELEITORAIS E TECNOLOGIA.....	175
16.1. Considerações iniciais: necessidade de reforma dos crimes eleitorais.....	175
16.2. Boca de urna: realização de propaganda eleitoral no dia da eleição .....	178
16.3. Crimes contra a honra .....	181
16.4. Crimes de influência do eleitorado passíveis de serem cometidos pela Internet.....	188
16.5. Crimes próprios de informática previstos na Lei das Eleições .....	192
16.6. O novo crime de denúncia caluniosa eleitoral (art. 326-A, Código Eleitoral, incluído pela Lei nº 13.834/2019).....	194
17. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO ELEITORAL .....	199
Introdução.....	199
O regime de proteção de dados pessoais no Brasil .....	200
Intersecção entre proteção de dados e o direito eleitoral .....	203
ANPD e do TSE diante da intersecção entre proteção de dados e direito eleitoral ....	207

Breves comentários ao Guia Orientativo de Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) por Agentes de Tratamento no Contexto Eleitoral .....	208
Conclusão .....	210
<b>APÊNDICE A – GLOSSÁRIO DIGITAL</b> .....	211
<b>APÊNDICE B – GLOSSÁRIO ELEITORAL</b> .....	215